

O não-atendimento das necessidades habitacionais das camadas de população de baixa renda elevando o déficit habitacional já existente, deve-se, em última instância, a defasagem crescente entre preços dos imóveis e o salário real dos trabalhadores. No entanto, o programa da CECAP para 1978 e a realização de programas das COHABs, na Capital e no Interior, certamente diminuirão tal déficit, propiciando, ao mesmo tempo, empregos na indústria da construção civil.

Na área de Justiça e de Segurança, dentre as várias medidas adotadas — visando à melhoria do sistema penal paulista —, a grande inovação encetada pela Secretaria da Justiça foi a da implantação de Casas de Albergado, como solução parcial para a superlotação dos presídios. A campanha pelas Casas de Albergado, além de se constituir em iniciativa humanitária modifica o conceito de que só o Estado deva se preocupar com a sorte dos detentos. Já se encontram instaladas 56 dessas casas, abrigando mais de 2.200 pessoas e, até o final de minha gestão, tais estabelecimentos deverão comportar cerca de 4.000 albergados.

O declínio dos índices de acidentes rodoviários — outro objetivo prioritário deste Governo — vem sendo atingido através das campanhas de segurança nas estradas, que englobam a construção de passarelas para pedestres, a instalação de defensas e sinalização e as obras de contenção, e bem assim da campanha dos 80 quilômetros por hora, feita em colaboração com o Governo federal.

No setor Administrativo, a implantação da FUNDAF — Fundação do Desenvolvimento Administrativo constitui etapa necessária para o aumento da eficiência na Administração pública estadual. Outro passo importante para a racionalização dos serviços foi a criação da Secretaria do Governo, encarregada de coordenar os diversos órgãos que cuidam da Administração Melo do Estado. Tomaram-se providências no sentido de prover a Administração pública de instrumentos de decisão, com a reestruturação da Secretaria de Economia e Planejamento e a criação do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos — SEADE, melhorando, consideravelmente, o fluxo das informações que permitam conhecer a realidade e tomar decisões adequadas. Ainda no tocante à sistemática de tomada de decisões, introduzi inovação ao solicitar à Secretaria de Economia e Planejamento a coordenação das ações de caráter intersetorial.

O setor Econômico e de Infra-estrutura mereceu especial atenção, procurando-se atender aos objetivos delineados na Estratégia do Governo. Assim é que no setor energético, o aproveitamento dos recursos hidrelétricos na produção de energia elevou em 15,0% a capacidade nominal de geração de energia da Centrais Elétricas de São Paulo S/A. — CESP. Em minha administração elaborou-se o Programa de Eletrificação Rural, que possui como meta a eletrificação de 90 mil propriedades rurais, quase o dobro das eletrificações executadas nos últimos cinquenta anos no Estado; praticamente, 50,0% desse programa já se acham implantados.

Na área de recursos naturais, cumpre destacar a atuação da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP e da Escola Superior de Agricultura «Luís de Queiroz» — ESAIQ, que vêm desenvolvendo pesquisas sobre fontes não-tradicionais de energia.

A poluição tem sido outra grande preocupação do meu Governo. Nesse sentido, procurou-se dar condições à CETESB — Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental para que desenvolvesse trabalhos que reduzam a poluição ambiental. Para tanto, a CETESB vem promovendo o cadastramento das principais fontes poluidoras, visando a equacionar o problema, para que se possa dar tratamento adequado a cada caso. Vados pela CECAP, e, 89,4%, pelas COHABs, sendo que desse percentual, 9,9%, são de projetos localizados no interior, e, 79,5%, situados na Grande São Paulo.

A previsão de atendimento para famílias de renda Na área de Transportes, o de massas constitui-se em prioridade absoluta. Dessa forma, foi empreendido um conjunto de ações para favorecer a integração entre o Metrô, os trens de subúrbio e os ônibus na Grande São Paulo. Em janeiro de 1976, implantou-se a integração Metrô-Ferrovia através de 26 estações ao longo dos 87 quilômetros de ferrovia suburbana da Rede Ferroviária Federal S/A. — RFFSA, possibilitando a ligação Francisco Morato-Paranapiacaba. Em maio de 1977, a integração estendeu-se à Região Leste de São Paulo, com acréscimo de linha-tronco de 49 quilômetros e variante de 33 quilômetros, que correspondem a uma abrangência adicional de 25 estações do subúrbio Leste. Todavia, a participação da FEPASA — Ferrovia Paulista S/A, nesse processo de integração se acha na dependência da conclusão de algumas partes do projeto de remodelação de subúrbios.

No que se refere à Via Norte, após a adequação do projeto e das respectivas contratações de obras, iniciou-se a sua execução, estando previsto seu término para outubro de 1978.

Na área de Desenvolvimento Urbano, objetivando fazer frente à hipertrofia da Grande São Paulo, procurou-se implementar algumas programações para recuperar a qualidade de vida na Região Metropolitana e diminuir as diferenças de oportunidade e desenvolvimento das diversas regiões do Estado. O Programa de Cidades Médias e a Política de Desconcentração e Descentralização Industrial objetivam desenvolver polos alternativos de atração industrial, dotando-os de infra-estrutura urbana adequada.

Na área da Agricultura e Abastecimento, o Governo, por intermédio do CEAGESP, vem envidando esforços no sentido de promover a ampliação e a modernização da rede de silos e armazéns. Concluiu-se a construção das unidades armazenadoras de Palmital, Tatui, São Joaquim da Barra e Araraquara, que aumentaram em 240 mil toneladas, significando acréscimo de 168,3% a capacidade instalada de armazenamento. Para 1978, estão previstos a conclusão das ampliações de armazéns graneleiros nessas cidades e o início da construção de silos em Avaré, Tupã e São José do Rio Preto. A fim de equacionar o problema de abastecimento de populações urbanas no interior e, paralelamente, desatogar o entreposto terminal de São Paulo, iniciou-se o processo de descentralização, com quatro projetos de construção de entrepostos hortifrutícolas regionais em Bauri, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba.

II — POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA — OBJETIVOS DO GOVERNO

A consecução da política orçamentária do Estado teve como condicionantes básicos o desempenho da receita tributária e o acatamento à política federal de contenção dos gastos públicos.

A presente peça orçamentária ratifica as prioridades sociais estabelecidas no início de minha gestão. A Estratégia de Governo visa, em primeiro plano, a melhoria da qualidade de vida da população ao lado de outras preocupações não menos importantes, tais como um eficiente suporte ao sistema econômico, uma adequada gestão dos recursos naturais e territoriais, um aperfeiçoamento dos serviços administrativos e das instituições públicas.

Para tanto, sem descuidar dos outros setores, procurei atender com prioridade aqueles mais imediatamente voltados à elevação das condições gerais de vida da população, como o saneamento básico, a saúde pública, o transporte de massa, a habitação popular, a promoção social, a segurança, a cultura e a tecnologia. Nesse sentido, a peça orçamentária teve suas dotações orientadas de preferên-

cia para aqueles órgãos diretamente responsáveis pela implementação dessa política.

As inversões de capital estão primordialmente vinculadas à melhoria da infra-estrutura de caráter social através da construção de hospitais, ao aperfeiçoamento dos serviços de abastecimento de água e, em especial, do equacionamento do problema de captação e tratamento de esgotos na Grande São Paulo. Também se revestiram de cunho social os investimentos destinados ao Metrô e a remodelação dos subúrbios da FEPASA, com o objetivo de proporcionar melhores condições de transporte a grande parcela da população. Esses investimentos, além de outros considerados inadiáveis no setor de infra-estrutura econômica, respondem a outra preocupação deste Governo: a manutenção do nível de emprego no Estado.

III — CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FINANÇAS ESTADUAIS

O orçamento do Estado de São Paulo apresentará em 1978 crescimento nominal de 45,4% sobre a provável realização de 1977, que deverá situar-se em, aproximadamente Cr\$ 70,00 bilhões.

Os critérios que nortearam as dotações orçamentárias foram a manutenção dos atuais órgãos do Governo, bem como a conclusão das obras e serviços já em andamento.

Sob essa perspectiva, as limitações dos investimentos para 1978, ao excluírem a possibilidade de novos projetos, têm como finalidades maximizar a utilização dos recursos disponíveis, de forma a proporcionar fundos suficientes para a conclusão das obras já iniciadas.

O fato de, na elaboração da peça orçamentária para o exercício vindouro, não se programar o início de nenhum novo projeto de vulto deve-se, em última instância, às dificuldades, de cunho estrutural, enfrentadas pelas finanças públicas estaduais.

Esses problemas têm sua origem na reforma tributária de 1967, que, conquanto representasse inegável avanço, dada a substituição do IVC pelo ICM, provocou excessiva centralização das receitas tributárias na área federal. Tal fato é claramente evidenciado pelo aumento da participação da União no total da receita tributária. Na verdade, entre 1968 e 1976, enquanto a arrecadação da União crescia 148,6%, a receita dos Estados evoluiu apenas 60,1% em termos reais.

Tal concentração de recursos a nível federal, vinculada à centralização do sistema tributário, torna as receitas cada vez mais dependentes das transferências da União.

No caso específico de São Paulo, a situação pode ser visualizada pela tabela que se segue:

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS PARA INVESTIMENTO 1968/1977

Ano	Poupança	Operações de Crédito	Transferências de Capital
1968	0,96	—	0,04
1969	0,73	0,05	0,21
1970	0,80	0,11	0,10
1971	0,83	0,08	0,19
1972	0,76	—	0,24
1973	0,73	0,04	0,19
1974	0,75	0,04	0,17
1975	0,48	0,35	0,14
1976	0,30	0,43	0,23
1977 (1)	0,15	0,39	0,46

Fonte dos Dados Brutos: Balanço Geral do Estado e OPA/SEP.

(1) Dados Estimados.

O decréscimo da poupança corrente resulta, por um lado, do desempenho insatisfatório das receitas correntes em virtude, principalmente, da queda real da arrecadação do ICM em 1976 e 1977. De outro lado, a estratégia social do Governo, ao privilegiar os setores diretamente ligados ao bem-estar e a qualidade de vida da comunidade — educação, saúde — eleva as despesas de custeio.

Dessa forma, verifica-se, em 1976 e 1977, sensível queda na capacidade do Estado para financiar com recursos próprios os investimentos, muito embora tenham estes declinado em média 20,0% a.a., em termos reais, nesses dois anos.

A queda na geração de recursos próprios elevou a participação das transferências e das operações de crédito como fontes alternativas de financiamento.

Quanto às transferências de capital, embora se reconheça que justas e necessárias, o fato de terem sua alocação previamente determinada acarretou a consequência de reduzir a autonomia na escolha de prioridades.

O acesso às operações de crédito — outra forma de obtenção de recursos —, está atualmente limitado pela política monetária do Governo. A política federal de controle dos meios de pagamento e saneamento do sistema financeiro tem imposto restrições ao lançamento de títulos dos Governos estaduais no mercado interno. A captação de recursos no mercado externo também se encontra sob rígido controle das autoridades federais, dadas as legítimas preocupações com a dívida externa.

Do exposto, observa-se que os problemas das finanças públicas estaduais exigem solução de longo prazo, dependente do reexame e consequente reforma das atuais bases do sistema tributário.

IV — SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO — O DESEMPENHO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1977

Sintetizados, assim, os objetivos maiores que orientaram a definição das prioridades governamentais, consubstanciadas em previsões de gastos com programas de atendimento às áreas mais diretamente vinculadas às preocupações do Governo, passo a demonstrar e justificar a situação econômico-financeira do Estado, no final do primeiro semestre do corrente ano, em cumprimento ao disposto no artigo 22, inciso I, da Lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, segundo o qual, a proposta orçamentária encaminhada à apreciação do Poder Legislativo deverá estar acompanhada de exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo; justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

A situação econômico-financeira do Tesouro estadual.

no primeiro semestre deste ano, apresentou o seguinte comportamento:

Segundo os dados constantes do Balanço Geral do Estado, levantado em 31 de dezembro de 1976, e encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa, em 27 de abril do corrente, observa-se que o Ativo Financeiro do Estado figurava com a cifra de Cr\$ 7.787.186.898,17, sendo que o Disponível era representado por Cr\$ 1.373.118.522,80. De outra parte a Dívida Flutuante, atingia Cr\$ 10.114.963.604,97.

Os compromissos financeiros em 31 de dezembro de 1976, demonstrados no Quadro I, somavam Cr\$ 17.863.644.451,00, os quais estão classificados em dois grandes grupos, a saber:

Despesas Realizadas	5.343.334.530,00
Encargos a Vencer	12.520.309.921,00
SOMA	17.863.644.451,00

Cabe esclarecer que a parcela de Cr\$ 5.343.334.530,00, referente às Despesas Realizadas, está incluída no valor de Cr\$ 10.114.963.604,97, mencionado sob o título de Dívida Flutuante.

Em 30 de junho do exercício em curso, os compromissos do Tesouro do Estado, envolvendo a execução orçamentária deste ano atingiam Cr\$ 19.564.278.725,00, compreendendo Cr\$ 5.930.557.621,00, referentes a Despesas Realizadas e Cr\$ 13.633.721.104,00 relativos a Encargos a Vencer. Deduzida a parcela de Cr\$ 3.990.079.958,01, correspondente ao Disponível na mesma época, o montante dos compromissos mencionados situava-se em Cr\$ 15.574.198.766,99.

Através do aludido Quadro I, que demonstra a situação dos compromissos existentes em 30 de junho de 1977, comparada com a posição em 31 de dezembro de 1976, relativamente aos grupos de contas que integram as Despesas Realizadas e de Encargos a Vencer, pode-se ressaltar, a seguir, os aspectos considerados mais expressivos:

a) A propósito da cifra de Cr\$ 2.105.661.369, representativa da soma dos valores inscritos em conta de Restos a Pagar, em 31 de dezembro de 1976, cabe observar que foi liquidada a quantia de Cr\$ 1.748.379.313, restando, em 30-6-77, o saldo de Cr\$ 357.282.056. Nota-se, portanto, que a Administração efetuou no primeiro semestre, a título de Restos a Pagar, o pagamento da importância correspondente a 83,03% do valor dos compromissos da espécie.

b) As Entidades Descentralizadas figuravam, em 31 de dezembro de 1976, com créditos na importância de Cr\$ 3.199.428.436, os quais, até 30 de junho de 1977, foram liquidados, em consonância com as programações financeiras mensais apresentadas pelas interessadas, para pagamento de seus compromissos assumidos no exercício anterior. Dos recursos orçamentários processados a favor dessas entidades no primeiro semestre, para atendimento de seus encargos de pessoal, investimentos e outros, restaram Cr\$ 2.469.804.855, os quais serão igualmente liquidados de acordo com as respectivas programações.

c) Relativamente aos encargos a Vencer, o crescimento de Cr\$ 464.970.269 dos Débitos de Tesouraria refere-se à colocação de «Bônus» para antecipação de Receita, permitida pelo artigo 83 da Constituição do Estado. Cumpre considerar que uma parcela desses recursos destinou-se à amortização da «Dívida Fundada Interna» em títulos, a qual, em 31 de dezembro de 1976, era representada pela cifra de Cr\$ 7.897.634.522. Durante o primeiro semestre deste ano, em face das emissões no valor de Cr\$ 671.332.412 e resgates na importância de Cr\$ 406.970.990, o saldo elevou-se a Cr\$ 8.161.995.944. Considerando-se as previsões de resgate da «Dívida Fundada Interna» em títulos, da ordem de Cr\$ 3.600 milhões e de receita proveniente da colocação de obrigações da espécie, em torno de Cr\$ 2.750 milhões, é de se admitir que, no final do exercício, o montante da dívida em questão situar-se-á em nível inferior ao apurado em 30 de junho deste ano e 31 de dezembro de 1976.

d) A respeito da «Dívida Fundada Externa», nota-se que, no início do ano, atingia a importância de Cr\$ 4.300.377.434 e, em 30 de junho do corrente exercício, elevou-se a Cr\$ 4.356.312.517, resultando no acréscimo de Cr\$ 55.935.083, assim constituído:

1) Empréstimo contratado com a United States Agency For International Development Usaid	3.331.598,21
2) Apropriação, neste exercício, de parte do empréstimo contratado com o Kredit Bank S/A — Luxemburgelosi OIS — Lei n.º 122, de 1973, destinado aos Hospitais de Ensino da Cidade Universitária de São Paulo, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto e Hospital das Clínicas da UNICAMP	52.603.485,00
SOMA	55.935.083,21

Acresce observar que a Lei n.º 1.367, de 2 de agosto do ano em curso, autorizou o Poder Executivo a contrair empréstimos no valor de US\$ 50 milhões de dólares, e mais 1 bilhão de cruzeiros, destinados às obras de construção da linha Leste-Oeste do Metrô de São Paulo, mediante a subscrição de ações da Companhia do Metropolitan de São Paulo — Metrô. A efetivação dessa provisão determinará, até o final do exercício, relativo aumento da Dívida Fundada Externa. Por outro lado, o Orçamento-Programa vigente consigna recursos da ordem de Cr\$ 633.246.150, destinados à amortização das dívidas da espécie.

Devo consignar, ainda, no que tange aos compromissos existentes em 30 de junho, que a parcela de Cr\$ 2.989.213.892, correspondente à diferença entre a Despesa Realizada e a Paga ou Creditada, não se refere a atraso na satisfação de compromissos financeiros do Tesouro, posto que, Cr\$ 1.704 milhões representam despesa de pessoal e repercussões, apropriadas no mês de junho, cujo pagamento, segundo escala, se processa no mês subsequente, estando reservados no Disponível os respectivos recursos financeiros. Os restantes Cr\$ 1.285 milhões, envolvendo outras Despesas Correntes e Despesas de Capital, correspondem a créditos de fornecedores ou prestadores de serviços, liquidáveis, em média, no prazo de 30 dias.

Registro, por oportuno, que os compromissos do Estado, compreendendo a Dívida Interna Fundada e Débitos de Tesouraria, no valor aproximado de Cr\$ 8.660 milhões, estão dentro dos limites legais que disciplinam o endividamento dos Estados e seus vencimentos escalonados de forma a possibilitar o seu resgate, com utilização de recursos consignados na lei orçamentária.

No Quadro 2, evidencia-se o comportamento da arrecadação do ICM, durante os meses de janeiro a junho, que totalizou Cr\$ 23.969.472.537, cabendo notar que, de modo geral, verificou-se crescimento mensal gradativo dessa receita.

Tendo presente o valor arrecadado no primeiro semestre e o comportamento do ICM nos exercícios anteriores, admite-se que a provável arrecadação desse imposto, no segundo semestre, poderá alcançar a cifra de Cr\$ 27.280.527.463, atingindo, assim, ao final do ano, a soma de Cr\$ 51.250 milhões, que, comparada com a previsão original consignada no orçamento, de Cr\$ 45.000 milhões, resultará na diferença positiva de Cr\$ 6.250 milhões, ou seja, 13,88% a mais do que o previsto.

Pelo Quadro 3, observa-se que a Despesa Fixada no Orçamento, aprovado pela Lei n.º 1.204, de 10 de dezem-